

Fundação Getulio Vargas

Fundação João Pinheiro

**CONEXÃO LOCAL INTERUNIVERSITÁRIA
(CLIU)**

**PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO
ACRE: NOVA BONAL E PORTO CARLOS**

Estudantes: Brauner Geraldo Cruz Junior (FGV-SP)

Mariana Gabriela de Oliveira (FJP-MG)

Supervisores: Lúcio Nagib Bittencourt (FGV-SP)

Valéria Coelho Santos (FJP-MG)

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a experiência realizada por uma dupla de estudantes de graduação nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Bonal, no município de Senador Guimard, e Porto Carlos, no município de Brasileia, estado do Acre. O estudo foi realizado por meio do projeto Conexão Local Interuniversitária (CLIU)¹, entre junho e julho de 2014.

Inicialmente, o projeto previa o contato com a experiência do PDS Nova Bonal, sugerida previamente por parceiros da UFAC. Raimundo Cláudio, professor da universidade e coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional, coordena também o projeto de Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no estado do Acre (ASPF). Um dos objetos do ASPF é o PDS Nova Bonal, advindo daí sua indicação de imersão. A sugestão de visitar o PDS Porto Carlos veio depois que nós estivemos no Acre para a realização da experiência, através do contato estabelecido com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representado pelo técnico Márcio Alécio. Ele nos indicou esse projeto para que pudéssemos conhecer distintas realidades presentes nos assentamentos do Acre, tendo assim uma visão mais heterogênea sobre o assunto.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

A primeira semana envolveu, inicialmente, um contato com a Superintendência Regional do INCRA no estado do Acre e, posteriormente, breves visitas a projetos de assentamentos na região próxima a Rio Branco, além dos PDS Bonal e PDS Porto Carlos. Tivemos a oportunidade de conhecer melhor sua estrutura organizacional e atuação no estado através de conversas com os funcionários e da presença em atividades do órgão.

2.1 A estrutura e atuação do INCRA nos assentamentos

As conversas realizadas com técnicos presentes no INCRA, alguns há mais de 30 anos, nos possibilitaram conhecer melhor sua história e relação com o estado do Acre. Os técnicos Noel e Sézio foram os que forneceram o conhecimento dos relatos mais históricos, enquanto que o técnico João deu um foco mais direcionado ao momento atual do órgão.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi criado no ano de 1970, no contexto da Ditadura Militar. Ele advém da inserção da reforma agrária e, sobretudo quando

¹ O CLIU é um programa que proporciona a experiência de três semanas de imersão num local pré-selecionado para dois estudantes de universidades parceiras do projeto. São elas: a Universidade Federal do Acre (UFAC); a Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), do estado do Ceará; a Fundação João Pinheiro (FJP), do estado de Minas Gerais; e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo. O local visitado é sempre distinto do lugar de origem da dupla formada. Neste relatório, ela é composta por um estudante da Fundação Getúlio Vargas e uma estudante da Fundação João Pinheiro. Durante a primeira semana da experiência, a dupla é supervisionada por outra de estudantes de pós-graduação também das universidades parceiras.

tratamos da Amazônia, da colonização agrícola, até então presente na agenda do governo brasileiro. Tratava-se de empurrar as fronteiras econômicas até a Amazônia e direcionar o fluxo migratório nordestino para essa região. Isso era fruto da ideia de “ocupar para não entregar”, tendo em vista que o governo ditatorial via uma ameaça estrangeira com relação às terras da Amazônia brasileira, considerada pouco ocupada até então. Esse fluxo migratório incorporou, além dos nordestinos, minifundiários do Sul e Sudeste do país que, incentivados pelo governo federal, conseguiram obter terras na região amazônica. No Acre, eles se tornaram conhecidos como “paulistas” - termo que ouvimos bastante durante toda a experiência - já que não se sabia ao certo seu estado de origem. A ideia era a de possibilitar que esses novos migrantes pudessem obter suas terras facilmente, somando-se aos seringueiros já habitantes da região, remanescentes de fluxos anteriores de migração. Nesse período as ações dos técnicos do INCRA na área eram apenas de ocupação de determinado território para facilitar o processo de instalação desse novo contingente populacional. Ainda não havia preocupações e questionamentos com a questão ambiental ou com a desigualdade fundiária. O próprio Noel conta que quando entrou no órgão, em 1982, foi destinado ao assentamento Pedro Peixoto – assim como Sézio. Esse assentamento era considerado o maior do estado e com as maiores dificuldades de atuação, devido à necessidade de estabelecer trilhas em um local até então pouquíssimo visitado e com risco de doenças graves ou ataque de animais silvestres. Seu trabalho era de abrir caminho em meio à mata, para depois fazer a medição e alocar famílias nas regiões demarcadas *in loco*.

A estrutura organizacional do INCRA refletia seu momento histórico: o quadro de funcionários concursados era proveniente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado no governo de Getúlio Vargas. A superintendência de cada região era comandada por um general, com rígida estrutura de organização, dando pouca liberdade para os técnicos. Essa estrutura se manteve até o começo da década de 80.

Nos anos 90, a preocupação com os assentamentos, e não mais com a colonização agrícola, se torna reflexo do embate entre latifundiários e moradores da região. Estes se tornam pessoas sem terra por causa de uma crescente expansão de pecuaristas que, advindos, sobretudo, da região Centro-Oeste, passaram a ocupar terras na região amazônica e substituir a mata nativa por terras de pastagem.

Devido ao desmatamento pela introdução do gado, a questão ambiental passa também a ganhar força e caracterizar um movimento de preservação da Amazônia. O INCRA começa, então, a criar modelos de assentamento que visam manter suas áreas verdes, controlando o desmatamento. É aí que surgem os Projetos de Desenvolvimento Sustentável, que visam preservar áreas de mata nativa, além de possibilitar apenas uma concessão de uso às famílias, ao invés de conceder o título

das propriedades. Isso é feito com a intenção de evitar a venda dessas terras aos grandes proprietários.

Atualmente, o INCRA possui uma estrutura menos centralizada e recebe menos recursos do governo federal, já que, dentre outros fatores, se buscou uma descentralização dos serviços básicos dos assentamentos para os governos estaduais e municipais, como afirma João. Ainda segundo ele, isso tudo é também fruto de uma concepção de que o órgão já não conseguia mais gerir os assentamentos com a mesma força de décadas passadas, em que o governo brasileiro tinha grande prioridade na questão da colonização e por isso repassava grande quantidade de recursos. As superintendências regionais acabaram assumindo um protagonismo e autonomia maiores, tanto é que ocorre uma disparidade de estrutura entre elas nos estados brasileiros, à medida que uma se desenvolve mais que a outra, dadas as condições de organização locais. Dessa forma, a ocorrência de parcerias com outras organizações, assim como a pluralidade de questões a serem tratadas, definem o momento atual de atuação do órgão, sobretudo no estado do Acre. As atividades de ordenamento fundiário e de obtenção de terras, atualmente são menos intensas que nos anos anteriores. O foco principal está na melhoria dos assentamentos já existentes, tendo maior atenção os projetos de assistência técnica, capacitação e formação.

Em termos de estrutura², a nível federal, o INCRA é um órgão incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tem suas divisões através das Superintendências Regionais, que são 30 em todo o Brasil. O estado do Acre possui apenas uma superintendência, a SR-14, mas há estados como o Pará que possuem três, devido ao tamanho e ao amplo campo de atuação. Quanto à estrutura interna, as Superintendências Regionais se organizam em quatro eixos: Divisão de Ordenamento e Estrutura Fundiária, que engloba questões de regularização de territórios e cadastros rurais; Divisão de Obtenção de Terras, que cuida da obtenção e da implantação dos assentamentos, assim como a questão ambiental; Divisão de Desenvolvimento, que concentra a infraestrutura dos assentamentos, desenvolvimento de projetos e educação e cidadania, tendo nesse eixo o PRONERA³ e a Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e por isso acumulando grande carga de trabalho; e por fim, a Divisão Administrativa, que cuida dos trâmites internos do órgão.

2.2 Os primeiros assentamentos visitados: PDS Polo Pirã-de-rã, PDS Nova Baixa Verde e Resex Chico Mendes

O INCRA nos possibilitou a oportunidade de conhecer, brevemente, o PDS Polo Pirã-de-rã, no município de Senador Guimard, e o PDS Nova Baixa Verde, no município de Rio Branco.

² *Incra nos Estados*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incra-nos-estados>>. Acesso em 20 de set. de 2014.

³ O Projeto de Educação e Capacitação de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) é um projeto do INCRA que procura estimular e coordenar iniciativas na área de educação nos assentamentos da reforma agrária. Esse desenvolvimento se dá através de parcerias com instituições educacionais para alfabetizar e capacitar assentados para diferentes áreas de atuação profissional. Disponível em: <http://www.uepa.br/portal/extensao/projEsp_pronera.php>. Acesso em 20 de set. de 2014.

Conversamos com os moradores locais, de forma a tentar entender a organização das famílias, como era sua produção, além da relação com a entidade de Assistência Técnica local. No caso, a empresa era a CIGA, representada pelo técnico Josivan, que nos auxiliou no processo de visita.

O PDS Nova Baixa Verde, apesar de ser um projeto de Desenvolvimento Sustentável, tem poucas áreas de preservação, e suas atividades econômicas consistem em pecuária extrativa e estrutura de produção coletiva. Possui uma capacidade para 250 famílias e uma área de aproximadamente 5.000 hectares (ha). Cada produtor tem 14 ha em sua propriedade, sendo 8 deles destinados à área coletiva, 4 à reserva legal e 2 de propriedade individual. Uma das grandes dificuldades, relatadas por conversas com os produtores e pelo técnico Josivan, é a forma de produção coletiva. Há uma discussão sobre meritocracia em relação àquilo que colheu, por conta de um trabalhar mais ou menos que outro. A partir disso, o INCRA resolveu dividir a produção de forma que a área permanecesse num local compartilhado, mas que cada um colhesse sua plantação, o que não impedia a formação de parcerias entre os produtores. Mesmo depois da divisão, uma dificuldade persistiu: o acesso dos produtores à área coletiva. Como ela fica longe de suas casas, se faz necessário um meio de transporte, uma moto ou um carro, para que o acompanhamento da produção - e até mesmo a vigia para que nada seja furtado - seja perene. Os produtores com quem conversamos, Francisco e Roberto, possuíam esse meio, mas relataram que é uma dificuldade obtê-los, devido ao alto custo.

Já o PDS Polo Pirã-de-rã possui uma área menor, de quase 1.368 ha e capacidade para 116 famílias. Era um seringal que passou a ser ocupado pelos trabalhadores, à medida que teve suas atividades diminuídas: o INCRA cedeu uma parte para os posseiros do local e assentou outras famílias. O fato dos posseiros estarem há mais tempo no local possibilita maior união entre eles, ainda que essa não seja completa no assentamento como um todo. O produtor com quem conversamos, por exemplo, tinha acabado de ter seus pertences de trabalho furtados. A área possui bastantes açudes por ser um terreno mais irregular e os produtores são incentivados pela assistência técnica, sobretudo por Josivan, a diversificar a produção. Inserem, assim, produtos antes não cultivados, como o mamão, que um dos produtores vinha plantando e tendo sucesso, fato que despertou o interesse dos demais quanto a tal cultivo.

Após a visita a esses dois assentamentos, fomos convidados pelo INCRA a conhecer a Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, que possui uma área total de 970.570 ha e capacidade para 2.150 famílias. Ela abrange os municípios de Rio Branco, Xapuri, Brasileia, Assis Brasil, Capixaba, Sena Madureira e Plácido de Castro, sendo que a parte visitada por nós fica no município de Brasileia. Estivemos juntos com a equipe do INCRA que trabalha com a parte de ATES. Tratava-se de uma oficina de apresentação do contrato de ATES à comunidade do lote 3 da Reserva. A empresa era a PESACRE e teve seus técnicos, assim como o programa de atuação,

apresentados à comunidade, num dia que envolvia almoço coletivo e atividades durante a tarde. Tivemos pouca oportunidade de conversar com as famílias, devido à reunião e nosso tempo disponível, mas foi possível ter a percepção, pelos relatos da reunião, de que uma reserva como essa envolve tratamento diferenciado. O modo de produção é exclusivamente extrativista e as necessidades de preservação são muito maiores, requerendo, por sua vez, uma assistência técnica diferenciada daquela que observamos nos outros dois assentamentos visitados. Um elemento de diferenciação era o fato dos técnicos serem oriundos da própria reserva, e terem passado por cursos específicos de formação para depois voltarem e atuarem no local de origem.

Ainda nessa semana, conseguimos visitar os assentamentos que imergiríamos nas semanas seguintes, como forma de conhecer o local previamente à nossa instalação, o que já nos forneceu primeiras impressões importantes sobre esses assentamentos.

2.3 Assistência Técnica Social e Ambiental

Entre as atividades que presenciamos na Superintendência Regional do INCRA, estava também uma celebração do contrato de prestação de serviço de uma entidade de ATES para alguns assentamentos do estado do Acre. No caso, essa celebração não tinha ainda o objetivo de esclarecer à comunidade sobre o serviço a ser prestado, mas sim buscava explicar, para a entidade contemplada, o que foi estabelecido em contrato, além de apresentar as futuras equipes de trabalho para os assentamentos determinados. Esse tipo de atividade é denominado ‘Marco Zero’, caracterizando um início de cumprimento do contrato.

A entidade é contratada através de um processo de chamada pública, podendo ser uma instituição privada ou pública. No caso, a empresa era a CONSULPLAN, que já realizou o trabalho de assistência técnica no contrato passado, sendo esse renovado por mais dois anos. Essa empresa foi essencial para nossa experiência, uma vez que ela é a responsável por prestar assistência ao assentamento PDS Porto Carlos, que visitamos na semana seguinte. A atuação da assistência técnica envolve orientação às famílias sobre a produção, buscando aumentar sua capacidade de comercialização. Além disso, busca melhorar as condições ambientais e sociais do local, fortalecendo as organizações coletivas. Espera-se que a dependência desse serviço diminua até se dissipar, através da própria organização da comunidade.

3. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTO CARLOS

Indicada por Márcio Alécio, a imersão neste assentamento aconteceu na segunda semana de experiência. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos ocupa uma área total de 14.394,0576 ha, obtido por desapropriação, com ato de criação de 24 de dezembro de 2009 e beneficia 247 famílias. A área é estratégica, pois está à margem da rodovia BR-317, conhecida como Estrada do Pacífico, que liga o mercado consumidor brasileiro, peruano e boliviano.

A experiência foi acompanhada pelos técnicos Jordão e Fábila da CONSULPLAN, empresa responsável pelo serviço de ATES no assentamento. Através deles conseguimos entrar em contato de forma mais rápida e efetiva com os moradores locais, bem como conhecer melhor o trabalho dos técnicos assistentes e o serviço prestado. Apreciamos a realidade das famílias, através de um processo de diálogo e partilha de experiências. Entendemos as relações coletivas no assentamento, a partir de conversas com os presidentes e com os membros das três associações presentes no local.

3.1 Histórico do Assentamento

Uma das conversas mais marcantes foi a que tivemos com o senhor Aristeu, pai de Galego, presidente da Associação Samuel Antônio. Ela nos fez regredir na história e entender as origens do assentamento Porto Carlos. Ele mora em Porto Carlos desde que nasceu e seu pai era um funcionário de confiança de Mizael Saad, um dos antigos donos do seringal. A narração é reproduzida a seguir.

Originalmente, Porto Carlos era um seringal pertencente a três espanhóis - Dom Julio, Guizado e Tunico. Após algum tempo de exploração, os espanhóis decidiram ir para Lima, no Peru, arrendando o seringal para um árabe, Mizael Saad. Com o passar do tempo, as visitas ao Brasil ficaram escassas e, Dom Julio, que era o maior responsável pelo seringal, decidiu vendê-lo por 240 mil reis, moeda da época.

Mizael foi um seringalista típico. Era o único fornecedor de mercadorias necessárias para a sobrevivência dos seringueiros dentro da floresta, como alimentos, vestuário e ferramentas para o trabalho. Também decidia os preços de comércio da seringa que podia ser vendida apenas para ele. Os seringueiros que trabalhavam em Porto Carlos eram brasileiros ou bolivianos e tinham suas estradas de seringa⁴ definidas, sendo vedada a produção de outras culturas na terra. A venda da borracha para os chamados atravessadores⁵ e o plantio de outras culturas eram considerados crimes dentro do seringal, sendo punidas como tal.

Insatisfeitos com o valor recebido pelo quilo da borracha, os seringueiros de Porto Carlos começaram a vender a borracha para atravessadores. Descobrimo o ocorrido, conta-se que os jagunços de Mizael puniram um seringueiro, dando-lhe uma 'surra' pública, amarrando-o na praça principal e o ameaçando de morte no próximo amanhecer. Os outros seringueiros, descontentes com a atitude do patrão, desamarraram o seringueiro e impediram que a ameaça se concretizasse.

Somando-se à insatisfação crescente dos seringueiros, Getúlio Vargas criou uma política de divulgação aos produtores sobre o preço internacional da borracha, sendo que eram enviados informantes através do Rio Acre - que passa pelo seringal Porto Carlos - com boletins que

⁴ As estradas de seringa são caminhos traçados no meio da mata e desenhados de modo a contemplar o maior número possível de seringueiras passíveis de serem exploradas por um seringueiro.

⁵ Atravessadores são homens que entravam clandestinamente nos seringais para comprar dos produtores, a preço maior que o oferecido pelo patrão dos mesmos, o látex extraído da borracha.

continham tais dados. Mizael, que teria a postura de típico coronel da época, não teria aceitado a entrada de informantes federais em suas terras e alegado sua própria soberania, agredindo moralmente a Getúlio Vargas e a seus funcionários.

Um oficial de justiça teria sido, então, enviado ao seringal. Mizael, afirmando não estar se sentindo bem, não o recebe e foge, juntamente com um de seus jagunços. Ele atravessa a fronteira com a Bolívia e se instala em Cobija. A guarda nacional vai à sua procura e, quando chega ao local encontra o árabe morto por ingestão de veneno. Nesse momento, o jagunço já havia voltado ao Seringal com a notícia. Mizael deixou dois filhos: o mais velho, Antônio, não tinha perfil para cuidar das terras; o filho mais novo, Tufi, assume, então, o Seringal Porto Carlos.

Tufi Saad começa a comprar borracha a preço justo e deixa os seringueiros cultivarem outras culturas em suas terras. Antes de morrer, divide a terra em quatro fazendas para seus quatro filhos. Os filhos de Tufi não usufruem da terra, deixando extensas áreas improdutivas. O INCRA, então, desapropria as terras não produtivas de cada um dos herdeiros em 2008, com 4 processos diferentes, e cria o Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Porto Carlos, garantindo as terras dos posseiros – ex-seringueiros que estavam instalados ali há muito tempo – e as fazendas dos filhos de Tufi com a área produtiva. Originalmente, existiam 80 famílias de posseiros. Mas, com a especulação gerada pelo início da tramitação com o INCRA, diversas famílias venderam parte de suas terras para outras, com medo de perderem suas áreas produtivas. Assim, quando o INCRA iniciou a demarcação, já existiam 200 famílias instaladas.

Além dos posseiros, o INCRA assentou diversos brasileiros que moravam depois da fronteira com a Bolívia, chamados ‘brasilvianos’, que estavam sendo expulsos da Bolívia por causa da lei boliviana que estabelece que não pode haver moradores brasileiros em até 50 km da fronteira com o Brasil. Foram alocados, então, nas margens da BR 317, em lotes de 15 hectares, com áreas de reserva ambiental.

3.2 As famílias assentadas: filhos de posseiros e os ‘brasilvianos’

Em razão dos dois processos de assentamento, o PDS Porto Carlos acaba sendo dividido em duas realidades: a dos posseiros que ali estavam há muito tempo e a dos ‘brasilvianos’, que se estabeleceram após a chegada do INCRA.

As terras demarcadas dos posseiros, por levar em consideração o seu histórico na terra, são mais extensas. Sem um tamanho fixo, variam de acordo com aquilo que a família produzia antes da chegada do INCRA. As propriedades foram estabelecidas no interior do assentamento, com uma distância considerável entre as terras de cada família. A produção é muito diversificada, alterando de acordo com as preferências dos moradores. Dentre os cultiváveis, aparecem a mandioca, o feijão, a banana, o milho. Todos também cultivam a castanha, por ser uma árvore nativa da região. A seringa, porém, é pouco extraída, porque, além do baixo preço no mercado, sua extração demanda

muito esforço, impedindo a produção concomitante de outras culturas. A opção por criação de gado de corte é bem recorrente, tendo em vista que a área é grande, com condições necessárias para a criação. Segundo os assentados, o gado é uma garantia: em caso de impedimento de lidar com a terra, como doença, o gado não precisa de tantos cuidados e o retorno financeiro é grande. Além disso, alguns ainda criam aves e peixes. A renda vem, então, principalmente do gado e da venda da produção. As ‘diárias’ também são fonte de renda de alguns assentados, que trabalham na terra dos outros por uma quantia em dinheiro.

Os ‘brasilvianos’ foram assentados na área próxima a margem da rodovia que corta o PDS, com lotes demarcados uniformemente com 15 ha cada. Quando chegaram em Porto Carlos, suas casas já estavam prontas, com sala, cozinha, quarto e banheiro. Alguns aumentaram a casa com o passar do tempo. A luz chegou pouco depois, com o programa do governo federal ‘Luz para Todos’. Além disso, receberam subsídio de cerca de R\$ 3.200,00 para que conseguissem se alimentar até passar o primeiro ciclo da plantação. A maioria dos assentados fez um poço em suas terras para ter água com maior facilidade. As casas são mais próximas, facilitando a interação entre os vizinhos.

Em relação à produção, eles se atêm à agricultura, devido ao tamanho da área que possuem. A plantação inclui banana, mamão, arroz, mandioca, hortaliças. Alguns produtores iniciaram a avicultura. A ideia é vender para o abatedouro que será instalado na região nos próximos meses. Possuem, também, uma casa de farinha coletiva para a produção em média escala, que foi conquistada coletivamente através da Associação Fronteira. A renda das famílias vem da produção, do programa federal Bolsa Família e de ‘diárias’, como explicado anteriormente.

No assentamento como um todo, a igreja desempenha um papel muito importante de integração e assistência social. Existem as igrejas Católica, da Congregação Cristã e Assembleia de Deus. Segundo o pastor, elas realizam comemorações em datas festivas, além de estudos bíblicos. Também auxiliam na resolução de problemas sociais, como o alcoolismo e a gravidez na adolescência. O assentamento possui duas escolas. Ambas atendem alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e uma atende crianças até o 5º ano. Os outros alunos são levados para escolas próximas ao assentamento com o transporte cedido pelo governo municipal. As crianças de até 4 anos são assistidas pelo programa Asas da Florestania, que leva os professores até a casa delas. Possui, também, um posto de saúde que abre de segunda a sexta, na parte da manhã. Ele presta os serviços de clínica geral, odontologia e vacinação. Além do posto fixo, são feitos atendimentos itinerantes e atendimento domiciliar de acamados. As doenças predominantes são as endoparasitoses, pressão alta, diabetes e leishmaniose. Segundo a médica cubana do programa federal Mais Médicos, que atende no local, a saúde preventiva é um grande desafio, sobretudo em relação à educação das mães, para que alimentem de forma balanceada seus filhos,

evitando doenças no futuro. O atendimento pré-natal e a conscientização em relação a doenças como AIDS e Dengue também são feitos. Assim, casos de baixa complexidade são atendidos no posto, enquanto os casos de complexidade média e alta são encaminhados para serem atendidos em Brasileia ou Rio Branco. Além disso, existe um agente de saúde comunitário em cada ramal – estradas de terra que ligam as áreas dos assentados - que visita as famílias mensalmente. A cobertura de saúde é, portanto, completa.

Com a chegada do INCRA no início da formação do PDS, alguns posseiros ficaram receosos. Porém, essa sensação foi rapidamente extinta com os benefícios que vieram decorrentes dessa intervenção. Os assentados tiveram acesso à Assistência Técnica, marco relevante para todas as pessoas com quem conversamos. A ATES acaba sendo um elo entre os assentados e a política pública: através dela eles conseguem financiamentos extremamente importantes para a produção e também treinamentos que auxiliam na produção e planos para o futuro.

De forma geral, todos os assentados acreditam que houve uma melhoria de vida com a chegada do INCRA. Sejam os posseiros que conseguiram ter acesso a políticas públicas, como financiamentos, sejam os ‘brasilvianos’ que hoje conseguem produzir em suas terras por conta própria.

3.3 As organizações coletivas

Estão presentes três organizações coletivas dentro do assentamento: a Associação Porto Carlos, a Associação Fronteira e a Associação Samuel Antônio.

A Associação Porto Carlos foi a primeira a ser criada em 1997, por Marcelo, pai do atual presidente, antes da chegada do INCRA. Segundo ele, a organização iniciou com 14 associados. Atualmente conta com 40, todos posseiros antigos. Seu objetivo é aumentar a produção dos associados, aumentar o crédito e conseguir ramais em bom estado, para melhorar o escoamento da produção. Parcerias com outras associações externas ao assentamento foram feitas para conseguir máquinas. A maior demanda dos associados são as máquinas para aumentar a produção e facilitar o trabalho. A relação com as outras associações é pequena, por elas serem ainda novas. Segundo o presidente da associação, Marquinhos, a chegada do INCRA apenas fortaleceu a associação e melhorou a vida dos assentados, tendo valorização da terra, a chegada de políticas públicas como a energia e financiamentos, além da assistência técnica.

A Associação Fronteira foi criada em 2013, com o auxílio dos políticos locais. Em conversa com Elias, presidente da associação, foi falado que a ideia adveio da necessidade da busca de melhorias efetivas em conjunto, já que individualmente seria uma tarefa mais difícil. Os associados são os ‘brasilvianos’ e já houve conquistas, como a aquisição de uma máquina peladeira de arroz e a casa de farinha.

A Associação Samuel Antônio foi criada em 2006. Seu nome é uma homenagem do fundador e atual presidente, Galego, a seu irmão, que morreu por conflitos de terra dentro do assentamento. Ela é formada por associados que são posseiros antigos e foi criada devido à distância territorial entre alguns assentados e a Associação Porto Carlos. O presidente deseja conseguir maquinário para ajudar na produção, incentivo ao turismo ecológico, trazer a escola para mais próximo, incentivar a visita de não assentados ao local e transmitir os saberes da região para eles. Transformar a associação em cooperativa, na visão do presidente, seria encorajador: traria melhoria de vida para os assentados, com o beneficiamento dos produtos e a certeza da venda da produção com o comprador fixo.

4. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOVA BONAL

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Bonal foi o último visitado, na terceira semana do projeto, e era o assentamento inicial a ser conhecido. Antes da imersão foi possível ver grande destaque em artigos de jornais e revistas sobre sua formação, dando ênfase ao modo de organização e tido como uma experiência inovadora e de grande referência. Nossa presença no local permitiu de fato conhecer a realidade das famílias, através de um processo de diálogo com elas e com pessoas importantes da comunidade. O assentamento possui atualmente uma área de 11.224 ha e 205 famílias assentadas, segundo dados do INCRA. O contato se deu através do Raimundo, atual presidente da cooperativa Bom Destino, e sua mulher, Francisca, professora da escola estadual local e também personagem importante na história desse assentamento.

4.1 Histórico da região e a criação do assentamento

Reconstruímos tal história a partir de conversas com os moradores durante todo o tempo que estivemos lá, mas os detalhes foram fornecidos, sobretudo, através da Francisca e do Raimundo, que moram no local desde antes da criação do assentamento. Na visita mais breve, feita ainda na primeira semana, já pudemos conversar com eles e assim saber mais do histórico do local, conhecimento esse que se ampliou na semana de imersão. Essas narrações são reproduzidas a seguir.

A história de Bonal é lembrada pela indústria de palmito de pupunha. Mas antes da criação dessa indústria, a empresa era um seringal, daí advindo seu nome, que é uma abreviação para o termo “Borracha Natural”. Com área propícia para o cultivo da seringa, como em praticamente toda a Amazônia, a empresa comercializava borracha e tinha como donos dois acionistas belgas e um brasileiro, nascido em São Paulo. Em 1988, a empresa passou também a ser pioneira no cultivo de pupunha, inaugurando, em 1993, a fábrica de palmito originário dessa palmeira. Já nessa época, Raimundo conta que trabalhava na empresa. Chegou a ser supervisor, e desempenhar diversas

funções, tanto administrativas quanto sociais, procurando resolver casos de separação de famílias e outros problemas semelhantes.

Anos depois, a indústria passou a abastecer o comércio local. A década de 90 é tida externamente como promissora na história da empresa, mas os acionistas belgas estavam desacreditados com o projeto e, com isso, o investimento ficou apenas por conta do paulista Antônio Vieira. Na conversa com os técnicos do INCRA, ainda durante a primeira semana, foi comentado que, enquanto ela parecia ir muito bem financeiramente, internamente os negócios não estavam tão promissores assim. Exemplo concreto disso foi que, em 2001, a folha de pagamento dos funcionários foi reduzida em 50%. Em seu auge, a empresa chegou a ter 200 funcionários de carteira assinada, enquanto que em 2004, apenas 30 funcionários compunham o quadro, segundo dados do próprio Raimundo. Nesse mesmo ano, já se cogitou a venda da empresa e o INCRA passou a ser um dos compradores cotados. A região era tida - e é lembrada assim pelos produtores locais - como muito valorizada e rica em recursos: é perto da BR-364 e também da capital Rio Branco, tendo proximidade ao mercado consumidor e facilidade de escoamento da produção.

Em julho de 2005 o governo federal comprou a área da empresa, fato até então inédito na história do INCRA – que nunca havia comprado uma área com uma indústria instalada. A partir daí, o órgão passou a realizar conversas com os trabalhadores da área para efetivar o assentamento. A seguinte condição foi colocada para os futuros assentados: fundar uma cooperativa e continuar a operar a agroindústria de palmito, dando continuidade à marca BONAL, já consolidada no mercado nacional e internacional. Sergio Lopes, um dos criadores do renomado RECA, em Rondônia, também participou da construção desse projeto e procurou incutir nele as mesmas bases inovadoras do projeto anterior, que também explorava palmito da pupunha. Em janeiro de 2006, o ex-presidente Lula chegou a visitar o local, discursando com os assentados sobre o projeto ser visto como referência para futuros assentamentos. Com o grande aporte de recursos do governo federal, era necessário que todo esse investimento tivesse uma amplitude maior sobre a população. Assim, além dos trabalhadores antigos da BONAL, foram assentadas outras famílias cadastradas no processo. O grande afluxo dessas famílias é originário das áreas urbanas de Rio Branco, devido à proximidade com a cidade.

A cooperativa Bom Destino, criada a partir da condição feita pelo INCRA, teve suas duas primeiras gestões exercidas pelo próprio Raimundo, que tendo destaque na antiga empresa, e desempenhando papel de liderança dos recém-assentados, assumiu a cooperativa durante quatro anos. Cada gestão tinha um mandato de dois anos, com direito a uma reeleição, tendo ficado, portanto, até a metade de 2009 na organização.

Após Raimundo, outras duas pessoas o sucederam como presidente, sendo que uma delas, o Auricélio, conversou conosco, dando sua percepção sobre o período em que sucedeu Raimundo.

Nele e durante a gestão seguinte, a cooperativa apresentou resultados insatisfatórios, fator que foi apontado pelos moradores como decorrente da falta de uma gestão aperfeiçoada e da ruptura no aporte de recursos repassados pelo INCRA. O decréscimo nos resultados chegou a tal ponto que a cooperativa fechou a agroindústria. Como alternativa de escoamento da produção, passou a vender a pupunha retirada para o RECA. No entanto, a compra se restringe apenas em épocas de escassez da pupunha no seu local original de beneficiamento. Além dessa intermediação, a cooperativa também organiza a venda da borracha, que encontra grandes dificuldades devido a uma queda de preços.

Após todo esse período de crise, a cooperativa voltou a ser gerida por Raimundo, com a perspectiva de reabertura da agroindústria. Para tal, estão sendo disponibilizados recursos financeiros do INCRA, inicialmente aplicados na compra de uma nova caldeira, que já estava sendo instalada no momento da nossa imersão. Além disso, há necessidade de recursos para compra de materiais, que estavam sendo negociados. A cooperativa também recebeu auxílio quanto à elaboração de um plano de negócios - ao qual não chegamos a ter acesso - para a reabertura da agroindústria. O projeto foi coordenado pelo prof. Raimundo Cláudio, da UFAC.

Em termos de produção, no início do assentamento, sua estrutura era organizada de forma coletiva, fruto da concepção inovadora e de referência para os demais projetos. No entanto, esse tipo de sistema não conseguiu se sustentar durante muitos anos. Conflitos com relação à distribuição da produção, fundamentados em reclamações de que alguns trabalhavam mais que outros, geraram um consenso de que as áreas seriam divididas: assim cada família seria remunerada pelo que produzisse. Com tal medida, foi aberta a possibilidade de crédito para as famílias, entre eles o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com esse recurso as famílias puderam financiar o plantio de mudas de pupunha, já que era a matéria-prima para o beneficiamento do palmito feito na fábrica. Associado ao financiamento, as famílias também receberam assistência técnica. Esse serviço foi prestado, primeiramente, pela Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), uma instituição pública que havia ganhado o processo de chamada para este assentamento. O serviço da SEAPROF foi muito contestado pelos produtores do local. Nas conversas que tivemos com as famílias, a alegação era de que os técnicos da entidade não visitavam os locais de produção. A justificativa apresentada era a longa distância entre a área de produção e a casa do assentado, fazendo com que os técnicos fossem apenas às casas e não conferissem o que estava sendo cultivado e de que forma seria possível contribuir tecnicamente para mudar a situação de produção e comercialização das famílias. Esse quadro de separação do lote persistiu até o momento que surgiu a possibilidade, permitida pelo INCRA, do assentado instalar sua casa dentro do lote que lhe cabia.

Depois que o contrato com a SEAPROF expirou, outra empresa ganhou o processo de chamada pública: a CIGA, a mesma que presta assistência aos PDS's Nova Baixa Verde e Polo Pirã-de-rã, próximos à região. Essa foi apontada por não ter técnicos suficientes, o que originou reclamações dos assentados, sobretudo de que iam pouco às suas casas e de que não contribuíam quanto à produção de cada família em seu lote. Além disso, a própria sede da entidade na região não ficava no assentamento ou próxima a ele.

O contrato dessa entidade acabou este ano. Segundo conversas com técnicos do INCRA, tudo indica que a próxima a assumir será novamente a SEAPROF, porém com metodologias distintas.

Durante todos esses relatos históricos, pudemos observar uma relação muito próxima do INCRA com o assentamento, devido ao modo como se deu a criação deste. Nos primeiros anos, o órgão esteve presente de forma a acompanhar e auxiliar a organização dos assentados e da cooperativa. Entre 2010 e 2011, ele efetivou sua atuação no local, através da instalação de uma sede e a presença de um técnico para atender aos assentados. No caso, o técnico presente foi o Sézio, com quem conversamos anteriormente. Sua chegada se relaciona com a preocupação do órgão quanto à desestruturação do assentamento, já que problemas sociais passaram a ser frequentes. Assim, a atuação de Sézio acaba também assumindo um papel social, além de puramente técnico, segundo o que ele e também os assentados apontam, sendo que estes se dividem entre aprovações e desaprovações dessa atuação.

Durante tal presença mais concreta do órgão, foi estimulada a criação de um grupo de mulheres, e também houve maior atenção quanto à questão administrativa da cooperativa, já que sua gestão era também motivo de preocupação do INCRA. Em 2012, outro técnico passa a orientar os assentados, mas de forma menos ativa, apenas como referência para as famílias. Hoje não há nenhum funcionário instalado no assentamento, de forma que os assentados, quando necessário, precisam ir até a Superintendência, que fica em Rio Branco. Visitas pontuais são feitas, não só pelo próprio Sézio, mas também por outros técnicos, à medida que demandas, sobretudo quanto à reabertura da agroindústria, surgem.

4.2 As agrovilas e os problemas sociais

A população de Bonal se estrutura em três agrovilas, já existentes na época da empresa. A primeira e mais próxima da rodovia é chamada de Sede, pois era onde a sede da empresa se localizava. A segunda, um pouco mais afastada e com menor número de famílias dentre as três, é denominada Pista, pois lá funcionava uma pista de avião utilizada pelos antigos donos da empresa. A terceira e mais distante da Sede é denominada Retiro. Ela possui muitas famílias assentadas, principalmente as famílias advindas da área urbana.

Seguimos uma rotina de visitas às famílias, sendo que em cada dia visitamos uma das agrovilas e no último dia focamos nas organizações locais, concentradas na Sede. No primeiro dia, passamos pela Escola Estadual Bom Destino, localizada na agrovila da Sede, e por lá realizamos as primeiras conversas.

Através das nossas observações e pelos diálogos com os moradores das três agrovilas, é possível concluir que a Sede possui melhor estrutura. É lá que se concentram as escolas do assentamento, tanto municipal quanto estadual, assim como uma mercearia e um posto de saúde que está em construção. Também estão localizadas três das quatro igrejas existentes no assentamento. A igreja acaba desempenhando papel importante na região, já que muitos assentados a frequentam, fazendo dela seu programa para o fim de semana, além do futebol que é jogado num campo que existe na agrovila. Nela, ainda se encontra a antiga sede do INCRA, a agroindústria, um imóvel que funcionava como um mercado da cooperativa e hoje é utilizado por um grupo de capoeira, e a sede do grupo de mulheres, que está em fase de reestruturação. Percebemos que mesmo tendo tal estrutura muitos moradores se mudaram de lá para outras regiões do Acre, fato que caracteriza o assentamento de uma forma geral.

No segundo dia, fomos à Agrovila Retiro, localizada a aproximadamente 4 km da Sede. O número de famílias é maior e nela também são observados problemas sociais, como a utilização de entorpecentes. Em termos de estrutura, há fornecimento de energia elétrica e água encanada. Não há ofertas de serviços, como escolas, excetuando-se o templo de uma das quatro igrejas. Nas conversas com moradores, a ocorrência de roubos nas propriedades mais próximas da agrovila foi relatada, fato que deixa os produtores com receio de cultivar determinado produto e ser furtado. Além dos furtos, outro problema era a falta de assistência técnica adequada, que fazia com que se obtivessem prejuízos no financiamento pra plantação de algumas mudas – as quais não se sabia como cuidar. Entre os moradores que vivenciaram tal fato, conversamos com o senhor Aristóteles, que já havíamos conhecido na primeira semana em que estivemos lá, e que depois visitamos sua casa pra uma conversa mais longa. As falhas no processo produtivo o levaram à incapacidade de pagamento e um conseqüente ‘nome sujo’, algo que também é relatado por Raimundo como comum nas demais agrovilas. O lazer do local é baseado também num campo de futebol presente na área, além do costumeiro fluxo de pessoas às igrejas nos finais de semana.

No terceiro dia, fomos até a Pista. Lá são poucas as atividades que vão além das domésticas, por ser uma agrovila com espaço reduzido e menor número de famílias. Para os jovens, existe um ônibus que os leva para as escolas da Sede. O maior problema, apontado pela maioria dos moradores que conversamos, é a falta de água, já que o poço presente não dá conta de suprir a demanda em épocas de seca, e é difícil a transferência de água de açudes para as casas, tendo em vista a distância e a falta de um projeto para tal. No aspecto comunitário, essa agrovila apresenta

maior coesão entre as famílias, que se conhecem, e por vezes interagem nos finais de semana. A ocorrência de problemas sociais como os da Sede não foi relatada, o que explica maior adesão das famílias àquele lugar, ainda que careça de estrutura.

Em termos de ocupação dos assentados em todas as agrovilas, a parte que alega não estar tão descontente com sua situação como assentada ou não sofrer de tantas dificuldades financeiras é aquela que tem algum emprego nas escolas. Excetuando isso, como a produção de borracha e pupunha já não oferece recursos significativos, a maioria acaba por se mudar ou então realizar diárias de serviço na propriedade de outros, e até mesmo procurar emprego em outros locais. A questão da diversificação da produção, ou seja, a possibilidade de plantar outros produtos, que não o cultivo da seringa e da pupunha, é registrada em poucas famílias, já que a cultura de formação do assentamento se baseou nesse cultivo específico. Mesmo que o assentamento seja um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, há espaços para o cultivo de outros produtos sem que seja necessário o desmatamento de algumas regiões, mas isso acaba sendo pouco considerado como opção viável. A maioria das famílias também recebe o Programa Bolsa Família, sendo que aqueles que não recebem já fizeram o pedido, mas não entendem porque não foram inscritos ainda. Pelo que percebemos durante as conversas nas três agrovilas, o assentamento acaba dividido entre aqueles que produzem em seus lotes e demandam maior estrutura para sua plantação e aqueles que demandam maior oferta de empregos ou se concentram em vender a seringa ou pupunha obtidas.

Um último grupo de famílias ainda é descrito pelos moradores, que são aqueles que moram dentro da floresta mais ‘fechada’ e sobrevivem da produção do açaí, da castanha, da pupunha e da seringa. Por ser mais distante, não conseguimos visitá-las, mas ouvimos de muitos moradores que esse pequeno grupo de famílias acaba por restringir a produção das demais, mesmo estando em uma área de produção coletiva. Além disso, alguns moradores também consideram esse grupo quase como de outro local, e afirmam que eles próprios se consideram dessa forma, o que revela grande distância, não só física, mas também simbólica.

4.3 Organizações coletivas

Quanto às organizações coletivas internas do assentamento, pode-se mencionar as quatro igrejas, de fundamental importância para os assentados, desempenhando grande papel social e de lazer a eles. Também é importante o grupo das mulheres que foi criado durante a presença do INCRA no assentamento. Além do grupo de capoeira que surge na comunidade e desempenha também papéis social e cultural fundamentais para os assentados.

Uma das igrejas, a Assembleia de Deus, fica ao lado da escola estadual. Conseguimos conversar com o pastor e sua esposa, que nos falaram sobre a relação dos assentados com sua igreja e do papel que assume num assentamento como o de Bonal, sendo um ponto de ajuda, aconselhamento e lazer para os moradores.

Quanto ao grupo das mulheres, ele surge como mais uma alternativa para a comercialização de outros produtos (no caso, de costura ou bijuterias). Foi financiado com ajuda do INCRA e teve a duração de um ano. Muitas famílias o acusaram de não ter sido bem gerido e enfrentado problemas de desvio dos recursos por parte de quem tinha tomado a frente na liderança do grupo. Hoje ele foi retomado por iniciativa de outras mulheres, e estrutura suas ações para voltar a funcionar, recebendo auxílio do INCRA para que isso seja possível.

O grupo de capoeira foi criado em 2010, por iniciativa do assentado José Ocione, de 31 anos, conhecido como 'Bisoro' no assentamento, e que tem um histórico de atuação mais amplo que a prática da capoeira.

Bisoro mora em Bonal desde 2003 e já jovem passou a jogar capoeira, gosto que foi desenvolvido e externado à comunidade, que reuniu interessados, e que por sua vez deram início à prática, que hoje envolve 52 alunos, em sua maioria jovens. O grupo desempenha funções sociais também, à medida que envolve os jovens e fornece uma alternativa para o eventual uso de drogas. Cabe ressaltar também o papel de Ocione na conscientização da comunidade de que a prática da capoeira não está associada de modo exclusivo às religiões africanas, o que reflete o fato de evangélicos como ele estarem praticando tal esporte. Devido à função exercida pelo grupo, o INCRA chegou a disponibilizar um terreno na agrovila da Sede para que um Espaço Cultural seja construído, englobando artes cênicas, artesanato e parte informativa, com educação dos jovens para uso de novas tecnologias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo feita uma descrição das experiências, alguns desafios podem ser apontados. Em Porto Carlos, por exemplo, embora a maioria das famílias pertença às associações locais, muitas delas não participam ativamente das reuniões realizadas mensalmente, segundo reclamação dos presidentes das três associações. Por outro lado, muitos dos assentados falaram sobre certa imobilização desses representantes, que acabariam não auferindo bons resultados para todos. Essas queixas foram fortemente rebatidas pelos presidentes tendo em vista o trabalho e esforço que acaba sendo individual, deixando de trabalhar na terra, por exemplo, para realizar atividades da associação.

O foco dessas associações, para seus membros e seus presidentes, é conseguir maquinário para trabalhar a terra e aumentar a produção. Assim, há uma visão fechada sobre a atuação da associação, que poderia expandir para outras atividades. Segundo conversas que tivemos com o técnico Márcio Alécio em nosso último dia no Acre, apesar do maquinário - como o trator de esteira - ser a aspiração da maioria dos assentados, isso pode não ser a melhor opção para aumentar a produção das famílias. O uso desse tipo de instrumento requer estudos de solo e área mínima de atuação, sendo impossível, por exemplo, ser usado nos terrenos de 15 ha com reserva ambiental. O

único presidente que gostaria que a associação se transformasse em algo maior, com outros tipos de atividades, como a agregação de valor aos produtos – empacotando e colocando uma marca na farinha vendida, por exemplo – é Galego. Essa visão é advinda da experiência de vida desse assentado: foi candidato em duas eleições para vereador, está inteirado das atividades do partido a que pertence, gosta de se envolver com política e conversar com pessoas de diferentes áreas do governo. Nesse sentido, esse perfil acaba sendo distinto dos outros dois presidentes. Alguns moradores ainda têm a ideia de um comprador fixo que ajudaria a escoar a produção e a associação poderia ajudar nisso.

A relação entre as organizações também é mínima. Apesar de pertencerem ao mesmo assentamento, não se reúnem e não compartilham suas necessidades e aspirações. Para Marquinhos, o presidente da associação mais antiga, isso ocorre porque as outras duas são muito novas e ainda não foi possível estabelecer esse contato. Elias, presidente da Fronteira, acredita que essa falta de aproximação ocorre por falta de interesse dos próprios representantes das associações.

Ainda segundo a conversa com Márcio Alécio, a intenção da ATES é auxiliar os assentados, porém, de forma temporária, para que consigam ser autônomos após a saída dos técnicos da área. Porém, em Porto Carlos, a relação de dependência com a Assistência Técnica é muito grande. Jordão é referência para todos os assentados para tudo que acontece no assentamento. Esse bom relacionamento com as famílias é reflexo do seu jeito companheiro e amigável de tratar as famílias.

Uma intervenção significativa foi uma reunião com o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), que aconteceu no início desse ano. Segundo relatos dos moradores, eles terão que recuperar toda área desmatada desde 2008. Ao cumprir as regras impostas, eles perderão diversas produções já instaladas no local. Por isso, sentem como ameaça o novo Código Florestal.

A divisão entre os posseiros e os ‘brasílvianos’ apesar de física, ainda não pareceu muito efetiva em termo de relações sociais. Porém, em alguns relatos, conseguimos perceber no discurso o “nós” e os “eles”, os “antigos” e os “novos”. Em alguns desses relatos, inclusive, foram colocados problemas como roubos depois da chegada de novos assentados.

Já no PDS Nova Bonal, um desafio é a gestão da cooperativa Bom Destino. Pelo que foi conversado com os produtores e com o INCRA, pode-se identificar uma fase de transição, em que a última gestão não logrou resultados, tendo inclusive a agroindústria fechada, o que praticamente esvaziou a atuação da cooperativa. Seu reerguimento é fruto de uma tentativa de reabrir a agroindústria, e assim retomar as atividades anteriores. A própria tentativa de retomar dois ex-presidentes, Raimundo e Auricélio, para se articular em conjunto e demandar recursos para essa reabertura da agroindústria, reflete a intenção da comunidade em melhorar sua situação de produção e comercialização, dada a escassez de renda que passou a caracterizar o assentamento. Segundo muitos produtores com quem conversamos, a esperança coletiva de melhorias na comunidade é

justamente a tal reabertura, ainda que experiências de gestões passadas tenham gerado algumas consequências negativas, o que desperta em alguns produtores a sensação de que essa retomada de gestão deve vir alinhada a um auxílio do INCRA nesse quesito. O plano de negócios desenvolvido pelo prof. Raimundo Cláudio é por isso altamente valorizado por aqueles que tiveram contato com ele, como o Raimundo, depositando novamente as esperanças de uma estabilidade na gestão da cooperativa.

Em conversas com o técnico Márcio Alécio, foi falado sobre o futuro da cooperativa e da agroindústria. Demonstrou-se uma esperança forte de que isso será obtido, assim que a questão do endividamento dos produtores for resolvida. Um auxílio em capacitação de gestão financeira também foi proposto, para assegurar a perenidade do processo de gestão da cooperativa.

O fortalecimento da comunidade passa por essa melhoria técnica, mas também toca em questões culturais, como a mentalidade do assentado em Bonal. Por conta de parte de a população ter advindo de setores urbanos, somada a trabalhadores do local que estavam acostumados e aculturados com o extrativismo da pupunha e da seringa, a pauta da diversificação da produção acabou ficando marginalizada, tanto é que muitos possuem lotes produtivos, que possibilitam a plantação de outros produtos, mas não enxergam nisso uma possibilidade de adquirir renda ou formar subsistência. Foi comum ouvirmos, o que também foi salientado por Márcio em nossa conversa, que faltam oportunidades de emprego em Bonal, quase como se o assentamento fosse um bairro mais afastado de Rio Branco e não uma comunidade eminentemente rural e que vive de sua produção local.

Isso por sua vez reflete nas demandas levadas pela comunidade ao INCRA. Este, por ter dado grande atenção ao assentamento no início e o destacado como algo modelar, acabou por injetar recursos e estruturar bases de cima pra baixo, sem levar em conta a organização da comunidade sobre alguns aspectos, além de seu sentimento de pertencimento ao território.

Desta maneira, temos que a noção de coletividade é um pouco restrita em ambos os assentamentos. Em Bonal, por ser formada por diversas famílias que não se conheciam antes, e que estabeleceram relações somente no local, podemos explicar essa menor intimidade e conseqüente menor noção de organização coletiva. O resultado é a mudança do tipo de produção, anteriormente compartilhada, para individual. Além disso, a gestão da cooperativa também se tornou um problema. Em Porto Carlos, por sua vez, apesar da identificação entre as famílias ser maior, tanto os posseiros que já moravam lá antes, como os ‘brasilvianos’ que têm a mesma origem, não eximem o assentamento desse problema. Muitas vezes foram ouvidos relatos sobre alguns associados participarem apenas quando a pauta de uma reunião é algo de interesse, como financiamento, e nunca estarem presentes para ajudar a resolver os problemas. Assim, é constante a reclamação sobre os “caronas” que recebem um benefício sem contribuir.

A dependência de ATES também foi percebida nas duas experiências, porém de formas diferentes. Em Porto Carlos, temos um exemplo de assistência que deu razoavelmente certo, com o reconhecimento das famílias da diferença que esse processo faz em seu cotidiano. Muito disso se deve ao fato de ter uma equipe no assentamento dedicada e que não mudou ao longo dos anos, gerando uma proximidade e parceria. Já em Bonal, a falta de uma assistência de qualidade foi apontada como um grande gerador de problemas para a comunidade. As equipes de ATES foram quebradas, não houve identificação com a comunidade. Para os assentados isso fez muita diferença: não tiveram as orientações necessárias para produzir em suas terras.

A noção de rural *versus* urbano também foi percebida pela dupla. Em Porto Carlos, todos os assentados eram de origem rural, já viviam na terra onde estavam ou produziam em fazendas na Bolívia. Todos sabiam como lidar com a terra e sobreviver dela. Assim, conseguiram produzir e viver no seu espaço dentro do assentamento. Em Bonal, a maioria dos moradores é proveniente de zonas urbanas. Assim, não conseguem lidar com a terra de maneira tão natural. Isso reflete na falta de diversificação da produção e da procura por empregos fora do assentamento, demonstrando a dificuldade de viver da terra.

Para responder a todos esses desafios, o INCRA pode desempenhar importante papel. O aperfeiçoamento do serviço de Assistência Técnica, hoje tão fundamental para a organização, pode ser um exemplo. Quando foi encerrado o primeiro contrato da CONSULPLAN, o próprio Márcio relata que algumas questões foram repensadas e exigidas nesse novo contrato, como o fortalecimento das associações comunitárias e a conscientização da questão ambiental e social, além do aspecto puramente técnico. Ou seja, a aprendizagem com o processo revela uma melhora gradual na aplicação desse serviço.

Para isso, pode ser necessário fortalecer a instituição, seja com maior apoio ou com mais recursos do Governo Federal. Durante a nossa presença no órgão, muito se reclamou sobre a estrutura do INCRA atualmente, demandando a inserção da reforma agrária na agenda governamental de maneira mais prioritária.

6. FONTES DE PESQUISA

INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf >. Acesso em 21 de set. de 2014.